

Chamada pública para submissão de artigos

Revista Psicologia Jurídica Forense | Vol. 5, Núm. 1, 2026

1. Apresentação e escopo

A Associação Brasileira de Psicologia Jurídica convida pesquisadores, profissionais, docentes e estudantes do Brasil e de outros países a submeter artigos à Revista Psicologia Jurídica Forense, para o volume 5, número 1, de 2026. A chamada acolhe associados e não associados da ABPJ.

A revista publica contribuições científicas sobre as relações entre Psicologia, Direito, justiça e garantia de direitos. Os trabalhos devem explicitar a contribuição psicológica e a pertinência ao campo jurídico e forense. O escopo contempla avaliação e perícia psicológica; decisão e testemunho; infância, adolescência e família; violência e vitimização; justiça e segurança pública; contextos penais e socioeducativos; direitos humanos; políticas e práticas institucionais.

2. Modalidades de artigos

A. Artigos empíricos. Os autores apresentam pesquisas quantitativas, qualitativas ou de métodos mistos, incluindo estudos documentais, com pergunta, método, resultados, discussão e limitações. Limite de 7.000 palavras.

B. Revisões de literatura. Os autores apresentam revisões sistemáticas, de escopo ou integrativas, com pergunta, estratégias de busca, critérios de seleção e procedimentos de análise explícitos. Limite de 8.000 palavras.

C. Artigos teóricos e metodológicos. Os autores desenvolvem contribuições originais sobre conceitos, modelos, métodos, instrumentos ou procedimentos e fundamentam suas proposições. Limite de 7.000 palavras.

D. Relatos de experiência profissional sistematizados. Os autores descrevem o contexto e os procedimentos, analisam as evidências e os resultados observados e discutem limites e implicações para a prática. Limite de 5.000 palavras.

A contagem inclui texto principal, notas e referências; exclui títulos, resumos, tabelas, figuras e materiais suplementares. A equipe editorial aprecia a qualidade independentemente de resultados positivos, negativos ou inconclusivos. A equipe editorial não encaminha à avaliação externa textos exclusivamente opinativos, promocionais ou sem contribuição demonstrável para o escopo.

3. Preparação do manuscrito

A revista recebe textos em português, espanhol ou inglês. Os autores devem adotar APA 7, arquivo DOCX, papel A4, margens de 2,5 cm, fonte Times New Roman 12 e espaçamento 1,5. Os autores devem inserir tabelas editáveis e figuras junto à primeira menção no texto.

O manuscrito deve conter títulos de até 20 palavras, resumos de 150 a 250 palavras e três a cinco palavras-chave em português, inglês e espanhol. A organização das seções deve corresponder à modalidade. A folha de rosto pode integrar o mesmo arquivo e deve informar nomes, ORCID, afiliações, cidade e país, contribuições individuais e e-mail do autor de correspondência.

Chamada pública • condições de submissão

Revista Psicologia Jurídica Forense | Vol. 5, Núm. 1, 2026

4. Submissão e declarações

Os autores devem enviar os arquivos para revista@abpj.org.br até 30 de outubro de 2026, às 23h59, horário de Brasília. O assunto do e-mail deve indicar “Submissão RPJF 2026 — modalidade — título abreviado”. A secretaria equipe editorial confirmará o recebimento e atribuirá um código ao manuscrito.

A revista recebe artigos originais e inéditos em periódico, sem avaliação simultânea por outra revista. Todos os autores devem aprovar a submissão e assumir responsabilidade pelo conteúdo. O autor de correspondência deve informar financiamento, conflitos de interesses, uso relevante de inteligência artificial e eventual vínculo com preprint, tese ou dissertação. Os autores devem apresentar as informações éticas aplicáveis, inclusive aprovação ética ou justificativa fundamentada de dispensa, quando pertinente, e proteger dados pessoais e informações sob sigilo.

5. Avaliação dos artigos

A equipe editorial verifica a adequação do manuscrito ao escopo, às normas e aos critérios de qualidade da revista. A equipe encaminha os trabalhos aprovados nessa etapa a dois pareceristas externos e independentes, especialistas no tema ou nos métodos empregados e sem conflitos de interesses que comprometam a avaliação.

A revista adota avaliação por pares com anonimato dos pareceristas. Os avaliadores conhecem a identidade dos autores; os autores recebem os pareceres sem a identificação dos avaliadores. O editor responsável decide sobre rejeição, revisões ou aceitação, com base nos pareceres. Outro editor sem conflito conduz o processo quando um integrante da equipe editorial figura como autor.

6. Calendário editorial

A equipe editorial prevê comunicar o resultado da triagem até 10 de novembro de 2026 e publicar a edição até 31 de dezembro de 2026. A triagem não corresponde ao aceite final. A inclusão de cada artigo depende da conclusão satisfatória da avaliação e das revisões. A equipe editorial poderá destinar manuscritos ainda em avaliação a edição posterior, com comunicação e concordância dos autores, e informará eventuais alterações do calendário.

7. Taxa, isenção e acesso

A revista não cobra pela submissão ou avaliação. A revista cobra taxa única de R\$ 300 por artigo após o aceite final e concede isenção integral quando todos os autores são associados da ABPJ em situação regular nessa data. O autor de correspondência solicita a isenção, e a secretaria confere a condição associativa. Equipes com autores não associados pagam a taxa por artigo. A revista não exige associação para publicar nem cobra outras taxas editoriais nesta chamada.

O pagamento ou a isenção não influenciam a decisão editorial. Os autores mantêm os direitos autorais e concedem à ABPJ o direito de primeira publicação do artigo na Revista Psicologia Jurídica Forense. A revista disponibiliza os artigos gratuitamente sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0). Os autores podem divulgar a versão publicada em repositórios e redes acadêmicas, com identificação da publicação original, DOI e licença.

Os autores podem consultar as diretrizes, as políticas e as atualizações no site <https://revista.abpj.org.br/> e encaminhar dúvidas para revista@abpj.org.br.

São Luís, 6 de outubro de 2026.

Profa. Dra. Cândida Alves
Diretora Científica da ABPJ